

# Pressão das bancadas

*Dívida Pública*

Ricardo Leopoldo

Da equipe do Correio

São Paulo — Os governadores decidiram traçar suas dívidas, diretamente com o Congresso sem mais a intermediação do Ministério da Fazenda. Dezenove governadores estiveram reunidos ontem em São Paulo para discutir soluções para as crises financeiras de seus estados. Os principais temas debatidos foram as dívidas mobiliárias e as contratuais, estas firmadas junto à União.

Eles enviarão hoje suas propostas ao governador Cristovam Buarque que deverá consolidar as sugestões de cada estado em um documento comum do qual várias projetos de lei serão encaminhados ao congresso. O resumo dos trabalhos dos governadores ficará concluído na próxima semana. O ponto principal é a proposta de renegociação das dívidas mobiliárias por 30 anos com juros de 6% ao ano, mais a negociação dos débitos contratuais.

Eles pretendem que suas bancadas no Congresso trabalhem mais intensamente para forçar o Executivo a ampliar as negociações com suas administrações. Estudam, também, o envio de um projeto de lei à Câmara requerendo a anistia dos débitos que tramitam no Judiciário, os precatórios.

Mesmo os governadores aliados do governo, como Eduardo Azeredo, de Minas Gerais (PSDB), criticaram o impacto dos juros no total da dívida mobiliária. "Em meu estado não emitimos papéis desde 1987. O débi-

to, no entanto, já é de R\$ 8 bilhões. O Brasil somente conseguiu esquecer esse assunto depois que renegociou a dívida externa", comentou.

Vitor Buaiç, governador do Espírito Santo (PT), disse que as unidades da Federação estão sem capacidade financeira para honrar os compromissos com o Executivo e o mercado.

## MODELO

Para as dívidas mobiliárias, os títulos lastreados pelo governo federal, está previsto um modelo de renegociação. Os governadores querem que sejam estendidos a todos eles os termos do protocolo já assinado pelo Ministério da Fazenda com os governadores do Rio Grande do Sul, Antonio Brito (PMDB), e Eduardo Azeredo, de Minas.

Pelo documento, eles se comprometeram a reduzir despesas administrativas com o corte de funcionários, melhor gestão dos recursos públicos e privatizações. Em troca, a União renegocia os passivos em condições especiais: 20% à vista com a venda de ativos como bancos ou empresas estatais. Os outros 80% serão pagos em 30 anos com taxa de juros de 6% a cada 12 meses, reajustados pela variação do Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna (IGP-DI) da Fundação Getúlio Vargas.

Somente São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul devem em papéis cerca de R\$ 40 bilhões, o equivalente a 90% dos débitos desse gênero de todas as unidades da Federação.